Av. Gentil Bittencourt nº 2566, entre Av. José Bonifácio e Trav. Castelo Branco - São Braz, findo o qual sujeitar-se-á à cobrança executiva do crédito tributário.

JORGE DIAS RAMOS

Coordenador Fazendário - CERAT Belém

ACÓRDÃO Nº 2091

ATOS DO TRIBUNAL ADMINISTRATIVO DE RECURSOS FAZENDÁRIOS - TARF

SEGUNDA CÂMARA

ACORDAO N.2091- 2a. CPJ. RECURSO N.4450 - RECURSO VOLUNTÁRIO PROCESSO/AINF N.: 372006510003508-3. CONSELHEIRO RELATOR: DANIEL NUNES LOPES. EMENTA: 1. ICMS - Auto de Infração. 2. Transportar mercadoria desacompanhada de documento fiscal, entendendo-se com tal a falta de emissão do mesmo, sujeita o contribuinte às penalidades legais. 3. Deve ser excluído da autuação valor indevidamente cobrado. 4. Recurso Voluntário conhecido e parcialmente provido. DECISAO: PELO VOTO DE QUALIDADE. JULGADO NA SESSÃO DO DIA: 13/01/2009. DATA DO ACÓRDÃO:22/01/2009.

COMUNICAÇÃO DE REVOGAÇÃO DE REGIME ESPECIAL

Pelo presente instrumento, a SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA DO PARÁ, neste ato representada pela Diretora de Fiscalização Dra. MARIA CELMA RIBEIRO PEREIRA, comunica da decisão unilateral, de cassação dos Regimes Especiais abaixo relacionados:

Nro Concessão	Razão Social	Inscrição/Cnpj	Unidade
100/00	K A GUEDES	151937745	CERAT SANTARÉM
22/99	KAIAPÓS FABRIL E EXPORTADORA LTDA	151941920	CERAT MARITUBA
78/08	L OLIVEIRA DA SILVA COMERCIAL DE ALIMENTOS EM GERAL EPP	152714430	CERAT BELEM
19/06	M A VITTI IND. E COM. LTDA-EPP	152309187	CERAT ALTAMIRA
07/08	TROPICAL SPICE COMERCIO DE ESPECIARIAS LTDA	152607978	CERAT CASTANHAL
10/08	M L DE A COSTA COMERCIO DE MADEIRAS	152559582	CERAT BREVES

ACÓRDÃO Nº 2092

TRIBUNAL ADMINISTRATIVO DE RECURSOS FAZENDÁRIOS - TARF

ACÓRDÃO N. 2092 - 2ª CPJ. RECURSO N. 4454 - DE OFÍCIO (PROCESSO/AINF N. 012005730011645-0 / 030542-030543). CONSELHEIRO RELATOR: DANIEL NUNES LOPES. EMENTA: 1. ICMS - Auto de Infração. 2. A busca da verdade material, desde que respeitada a licitude das provas, é dever do julgador que possui também a ampla liberdade investigatória, com vistas a identificar o cometimento ou não da acusação fiscal. 3. Correta a decisão singular que excluiu do AINF as Notas Fiscais devidamente escrituradas. 4. Quando constatado que no levantamento fiscal elaborado para a apuração do crédito tributário foram utilizados valores indevidos, estes devem ser devidamente excluídos. 5. Recurso de Ofício conhecido e improvido. DECISÃO: UNÂNIME. JULGADO NA SESSÃO DO DIA: 21/01/2009. DATA DO ACÓRDÃO: 22/01/2009.

ACÓRDÃO Nº 2093

ATOS DO TRIBUNAL ADMINISTRATIVO DE RECURSOS FAZENDÁRIOS - TARF SEGUNDA CÂMARA

ACORDAO N.2093- 2a. CPJ. RECURSO N.4408 - RECURSO DE OFÍCIO PROCESSO/AINF N.: 372007510001219-6. CONSELHEIRO RELATOR: FERNANDO ACATAUASSU NUNES. EMENTA: 1. ICMS - Auto de Infração. 2. Correta a decisão singular que declarou a nulidade do AINF, com base no art. 71, inciso II, da Lei n. 6.182/98, sem prejuízo da renovação da ação fiscal, quando constatar equívoco relativo a aplicação da margem de agregação para apuração do crédito tributário devido. 3. Recurso de Ofício conhecido e improvido. DECISAO: UNÂNIME. JULGADO NA SESSÃO DO DIA: 22/01/2009. DATA DO ACÓRDÃO:22/01/2009.

ACÓRDÃO Nº 2090

ATOS DO TRIBUNAL ADMINISTRATIVO DE RECURSOS FAZENDÁRIOS - TARF

SEGUNDA CÂMARA

ACORDAO N.2090- 2a. CPJ. RECURSO N.4382 - RECURSO VOLUNTÁRIO PROCESSO/AINF N.: 032006510000482-7. CONSELHEIRO RELATOR: CLAUDIO HUMBERTO DUARTE BARBOSA. EMENTA: 1. ICMS - Auto de Infração. 2. Preliminar de nulidade do julgamento de 1ª Instância rejeitada por voto de qualidade. Decisão monocrática, muito embora suscinta, mas que aborda todos os tópicos da defesa não há razão para ser declarada nula. 3. O uso do crédito presumido de 20% (vinte por cento), concedido pelo Convênio ICMS 106/96, aos estabelecimentos prestadores de serviço de transporte é opcional

ao contribuinte e esta opção será consignada no livro Registro de Utilização de Documentos Fiscais e Termos de Ocorrências do estabelecimento. 4. A utilização indevida de crédito fiscal sujeita o contribuinte à multa prevista em lei, independente do imposto devido. 5. Recurso Voluntário conhecido e improvido para manter a decisão recorrida. DECISAO: PELO VOTO DE QUALIDADE. JULGADO NA SESSÃO DO DIA: 20/01/2009. DATA DO ACÓRDÃO:21/01/2009.

ACÓRDÃO Nº 1990

ATOS DO TRIBUNAL ADMINISTRATIVO DE RECURSOS FAZENDÁRIOS - TARF

PRIMEIRA CÂMARA

ACORDAO N.1990- 1a. CPJ. RECURSO N.4461 - RECURSO DE OFÍCIO PROCESSO/AINF N.: 042005510000143-3. CONSELHEIRO RELATOR: WLADEMIR NOGUEIRA JUNIOR. EMENTA: 1. ICMS - Auto de Infração. 2. Deve ser mantida a decisão singular de nulidade do AINF quando a situação fática está em desacordo com a descrição da ocorrência e os dispositivos legais aplicados. 3. Recurso de Ofício conhecido e improvido, sem prejuízo da renovação da ação fiscal. DECISAO: UNÂNIME. JULGADO NA SESSÃO DO DIA: 19/01/2009. DATA DO ACÓRDÃO:19/01/2009.

PORTARIAS DA DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO - DAD

PORTARIA Nº 0185 DE 29 DE JANEIRO DE 2008

DESIGNAR, GUILHERME HUGO MARTINS TAVARES, 5569842/1, AFRE, p/ resp pela CERAT/Altamira, nas faltas e impedimento do titular, sem ônus para o Estado.

PORTARIA Nº 0183 DE 29 DE JANEIRO DE 2009

CONCEDER 45 dias de Lic p/ Tratam de Saúde, a MARIA RUTE DA SILVA PEREIRA LIMA, 47546/2, AFRE, CECOMT/Gurupi, de 16.01 a 01.03.2009, sem prejuízo de sua remuneração.

PORTARIA Nº 0184 DE 29 DE JANEIRO DE 2009

CONCEDER a MARIA DAS GRAÇAS MARINHO XAVIER, 49670/1, Ag Aux de Fiscalização, CECOMT/Itinga, 60 dias de Lic Prêmio, de 09.02 a 09.04.2009, ref ao triênio de 17.04.1998 a 16.04.2001.

PORTARIA Nº 0188 DE 30 DE JANEIRO DE 2009

CONCEDER a TEREZINHA DE LOURDES DE OLIVEIRA COSTA, 3249417/4, Consultor Jurídico, CONJUR, 60 dias de Lic Prêmio, de 28.01 a 28.03.2009, ref ao triênio de 01.09.1975 a 01.09.1978.

PORTARIA Nº 0189 DE 30 DE JANEIRO DE 2009

CONCEDER a CLAUDELINA DE AQUINO RODRIGUES, 3220/1, Ag Administrativo, CECOMT/Base Candiru, 30 dias de Lic Prêmio, de 26.01 a 24.02.2009, ref ao triênio de 02.05.2003 a 02.05.2006.

PORTARIA Nº 0190 DE 30 DE JANEIRO DE 2009

CONCEDER a MARILENE XAVIER CARVALHO, 5436990/1, Datilógrafo, CERAT/Belém, 30 dias de Lic Prêmio, de 02.02 a 03.03.2009, ref ao triênio de 01.04.2002 a 31.03.2005.

PORTARIA Nº 0192 DE 30 DE JANEIRO DE 2009

PRORROGAR por 15 dias, a Lic p/ Tratam de Saúde de SIMONE CRUZ NOBRE, 5486408/1, AFRE, CPME/DFI, de 10 a 24.01.2009.

PORTARIAS - IPVA

Portaria n.º37-CEEAT/IPVA/ITCD, de 02/02/2009 - Proc n.º 1920097300004203/SEFA/DIPVA
Motivo: Conceder a isenção do IPVA ao veículo para o ano de 2009

Base Legal: art.3º inc. VIII da Lei 6.017/96, alterada pela Lei 6427/01

Interessado: Guilherme Jose da Silva Garcia

Marca Tipo Chassi

FIAT/IDEA ELX FLEX Pas/Automovel 9BD13561362013539

Portaria n.º38-CEEAT/IPVA/ITCD, de 02/02/2009 - Proc n.º 1920097300004220/SEFA/DIPVA

Motivo: Conceder a isenção do IPVA ao veículo para o ano de 2009

Base Legal: art.3º inc. VIII da Lei 6.017/96, alterada pela Lei 6427/01

Interessado: Dorival dos Santos Lopes

Marca Tipo Chassi

FIAT/SIENA ELX FLEX Pas/Automovel 9BD17201M93486361

Portaria n.º39-CEEAT/IPVA/ITCD, de 02/02/2009 - Proc n.º 1920097300004351/SEFA/DIPVA

Motivo: Conceder a isenção do IPVA ao veículo para o ano de 2009

Base Legal: art.3º inc. VIII da Lei 6.017/96, alterada pela Lei 6427/01

Interessado: Waldemir Trindade Garcia

Marca Tipo Chassi

FIAT/SIENA FIRE FLEX Pas/Automovel 9BD17206G83398650

Portaria n.º40-CEEAT/IPVA/ITCD, de 02/02/2009 - Proc n.º 1920097300004378/SEFA/DIPVA

Motivo: Conceder a isenção do IPVA ao veículo para o ano de 2009

Base Legal: art.3º inc. VIII da Lei 6.017/96, alterada pela Lei

6427/01

Interessado: Sidinei Carlos Soares

Marca Tipo Chassi

FIAT/PALIO WEEK TREKKING Pas/Automovel 9BD17350M94263825

Portaria n.º41-CEEAT/IPVA/ITCD, de 02/02/2009 - Proc n.º 1920097300004440/SEFA/DIPVA

Motivo: Conceder a isenção do IPVA ao veículo para o ano de 2009

Base Legal: art.3º inc. VIII da Lei 6.017/96, alterada pela Lei 6427/01

Interessado: Jose Edivaldo Pereira de Brito

Marca Tipo Chassi

FIAT/SIENA ELX FLEX Pas/Automovel 9BD17201M93487216

EXTRATO DE TERMO DE DOAÇÃO DE BENS MÓVEIS

Órgão Doador: Secretaria de Estado da Fazenda

Entidade Recebedor(a): Associação Cultural Ecológica de Moju
Objeto: Tendo em vista o Processo nº0620087300004601 de 29.01.2008, fica efetivada através do presente documento a doação do(s) bem(ns) abaixo discriminado(s).

Nº de ordem 01 , Nº do RP: 6601, Descrição do Bem: Veículo Tipo PICK-UP, Placa JTA 1126.

Data da Assinatura: 02/02/2009

Órgão Doador: José Raimundo Barreto Trindade - Secretário de Estado da Fazenda

Entidade Recebedor(a): José Alfredo Nunes

Órgão Doador: Secretaria de Estado da Fazenda

Entidade Recebedor(a): Associação de Moradores Gabriel Pimenta

Objeto: Tendo em vista o Processo nº0020087300053139 de 25.03.2008, fica efetivada através do presente documento a doação do(s) bem(ns) abaixo discriminado(s).

Nº de ordem 01 , Nº do RP: 16173, Descrição do Bem: Veículo Tipo Kombi Gasolina, Placa JVB 1640.

Data da Assinatura: 02/02/2009

Órgão Doador: José Raimundo Barreto Trindade - Secretário de Estado da Fazenda

Entidade Recebedor(a): Maria Benedita Fernandes Lobo

EDITAL DE INTIMAÇÃO

O Sr. José Fernando dos Santos Vasconcellos, Diretor da Julgadoria de 1ª Instância desta Secretaria de Estado da Fazenda, FAZ SABER ao sujeito passivo **TRANSPORTADORA RÁPIDO PARÁ LTDA.**, Inscrição Estadual nº 15.143.877-3, que foi constatada a intempestividade da impugnação ao Auto de Infração e Notificação Fiscal nº 032873 e, tendo em vista que o crédito tributário consignado foi devidamente inscrito em dívida ativa, decidiu-se pelo **indeferimento da impugnação, sem apreciação do mérito**, conforme estabelece o artigo 26, II, da Lei Estadual nº 6.182/98.

Belém (PA), 02 de fevereiro de 2009.

JOSÉ FERNANDO DOS SANTOS VASCONCELLOS

Diretor da Julgadoria de 1ª Instância

EDITAL DE INTIMAÇÃO

O Sr. José Fernando dos Santos Vasconcellos, Diretor da Julgadoria de 1ª Instância desta SEFA, FAZ SABER ao sujeito passivo **MURTRANS LTDA.**, Inscrição Estadual nº 15.203.316-5, que o Auto de Infração e Notificação Fiscal - AINF nº 322005510000262-7 foi julgado **PROCEDENTE** em 1ª instância, ficando ciente da decisão após 15 (quinze) dias da data de publicação deste Edital, podendo pagar o Crédito Tributário correspondente com 20% de redução da multa, em até 30 (trinta) dias, na hipótese de pagamento integral da importância exigida ou recorrer da decisão, em igual prazo, ao Tribunal Administrativo de Recursos Fazendários - TARF, findo o qual, sujeitar-se-á à cobrança executiva do débito, conforme estabelece a Lei Estadual nº 6.182/98.

Outrossim, em caso de interposição de recurso voluntário ao TARF, o mesmo deverá ser apresentado à Julgadoria, sito na Av. Gentil Bittencourt, nº 2566, 3º andar.

Belém (PA), 02 de fevereiro de 2009.

JOSÉ FERNANDO DOS SANTOS VASCONCELLOS

Diretor da Julgadoria de 1ª Instância

EDITAL DE INTIMAÇÃO

O Sr. José Fernando dos Santos Vasconcellos, Diretor da Julgadoria de 1ª Instância desta SEFA, FAZ SABER ao sujeito passivo **MURTRANS LTDA.**, Inscrição Estadual nº 15.203.316-5, que o Auto de Infração e Notificação Fiscal - AINF nº 372005510001328-7 foi julgado **PROCEDENTE** em 1ª instância, ficando ciente da decisão após 15 (quinze) dias da data de publicação deste Edital, podendo pagar o Crédito Tributário correspondente com 20% de redução da multa, em até 30 (trinta) dias, na hipótese de pagamento integral da importância exigida ou recorrer da decisão, em igual prazo, ao Tribunal Administrativo de Recursos Fazendários - TARF, findo